

A portrait of Demian Fiocca, President of BNDES, sitting at a desk in an office. He is wearing a dark suit, a patterned tie, and glasses. He has a beard and is looking directly at the camera. The background shows an office environment with a desk, a chair, and some papers.

Demian Fiocca

Presidente do BNDES

Eny Miranda/Cia. da Foto

País já reúne as condições para crescer

Sônia Araripe
do Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem papel importante a cumprir na estruturação da economia brasileira nos próximos anos. A opinião é do seu presidente, Demian Fiocca, que traça um cenário positivo no médio e longo prazos. Com experiência no setor público — chefiou a Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, coordenando o projeto-de-lei das Parcerias Público-Privadas — e no privado, como economista-chefe do HSBC e da área econômica da Telefônica, faz a ponte entre o público e o privado. Aos 38 anos, este economista paulista administra o maior banco de investimentos de longo prazo do país. A previsão de desembolsos este ano é de R\$ 52 bilhões, dos quais R\$ 18,2 bilhões realizados até junho. “Não estamos preocupados se vamos atingir o teto. O importante é que trabalhamos intensamente em projetos estruturantes”, informa. “O país tem hoje condições macroeconômicas de crescer. Não tem constrangimento externo, não tem fortes pressões inflacionárias que impeçam a queda dos juros, não tem descontrole fiscal, e, portanto, não vejo que o Brasil esteja hoje condenado a crescer só 4%.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

Conjuntura Econômica — O senhor poderia começar fazendo uma avaliação sobre os desembolsos, os financiamentos do BNDES. Alguns críticos dizem que o ritmo é lento. Os números até junho indicam desembolsos de R\$ 18,2 bilhões, mas a expectativa deste ano é que chegue a até R\$ 52 bilhões. Dará tempo? O que aconteceu?

Demian Fiocca — Tivemos no primeiro trimestre uma queda acentuada de desembolsos, de 28%. No segundo houve uma recuperação e eles subiram 9%, sempre comparando com o igual período do ano anterior. Nossa expectativa é que nesta segunda metade do ano tenhamos crescimento de desembolsos comparado com o igual período do ano passado. No entanto, como vamos carregar para o resultado do ano este desempenho mais fraco do primeiro trimestre, é claro que sofrerá o impacto. Que interpretação damos? Não conseguimos identificar nesta queda de desembolsos qualquer sinal consistente de reversão de tendência do crescimento econômico no período. Ao contrário: é consensual que 2006 será um ano de aceleração do crescimento em relação a 2005 e o primeiro trimestre, especificamente, medido pelo PIB também foi bom — cresceu em taxa anualizada 5,7% comparado com o quarto trimestre de 2005. Portanto, não dá para dizer que foi um crescimento fraco. Tivemos também um movimento de maneira geral positivo na expansão do crédito privado. O mercado de trabalho apresentou desemprego mais baixo no primeiro trimestre comparado com o ano passado e as exportações também foram bem. Então, no conjunto da economia não víamos como concluir que a economia desacelerou no primeiro trimestre.

Foi, então, efeito do câmbio?

Concluimos que o dado agregado de desembolso no primeiro trimestre não representa um movimento da economia. Foi aleatório. Os desembolsos são resultados de decisões tomadas durante certo período precedente e com prazos diferentes. No caso de investimentos, podem ser resultados de tomada de decisões até dois ou três anos antes. Não para pré-embarque de exportação, cujos prazos são mais curtos. Porém, para investimentos em infra-estrutura são prazos mais longos do que as indústrias. Os desembolsos não são, necessariamente, a melhor indicação. Eventualmente, as aprovações — que atendem ao desejo de investir do empreendedor e a capacidade do BNDES de atendê-lo e aprovar — talvez sejam mais próximas, como indicador conjuntural, do que os desembolsos. Além disso, identificamos dois fatores que contribuíram negativamente para este desempenho do primeiro trimestre: o setor agrícola, atingido por sucessivas secas em algumas regiões, especialmente no Sul; e a taxa de câmbio. No entanto, é importante salientar que a taxa de câmbio não desestimulou os investimentos da indústria, porque os nossos desembolsos continuaram crescendo, mas sim porque nossos desembolsos são medidos em reais.

Se isso não o preocupa, imagino que esteja prevendo um cenário bem positivo para a economia no médio prazo. Que cenário o senhor traça, então, para a economia e para o BNDES?

Continuamos otimistas. Acreditamos na estabilidade do crescimento. Por quê? O Brasil teve uma média baixa de crescimento nos últimos 25 anos, mas quando se comenta isso, é importante destacar que não é uma média baixa que resulta da incapacidade de crescer. A média baixa resulta de anos de crescimento mais robusto com uma frequência grande de anos de crescimento frustrados por crises. Mesmo no período de estabilização da economia, depois do Plano Real, no ano em que não houve crise, cresceu: 5%, em 1995, e 4%, em 2000. Quando se limpava o céu, o país crescia. Porém, a cada dois anos surgia uma crise: balanço de pagamentos, de confiança, de energia e até Plano Collor. É muito diferente de uma economia com incapacidade de impulsionar o crescimento como se chegou a discutir se alguns países da Europa estariam, que não podiam sair dos 2%. Não é o caso do Brasil.

Mas ainda não é pouco para o tamanho do Brasil?

O Brasil conquistou nestes últimos anos condições do ponto-de-vista macroeconômico, que a probabilidade de novas crises, pelo menos no horizonte de cinco ou dez anos, caiu muitíssimo. Então, o principal fator que nos levou nas últimas décadas a ter uma média baixa de crescimento está fora do cenário. A cada X anos tem uma crise. Então, isso basta para que passemos da faixa de 2,5% de crescimento médio (nas décadas de 1980 e 1990) para algo em torno de — aí entra a discussão — se é de 3,5% a 4,5%, de 5% a 6%. Vamos dividir esta discussão. Teremos um crescimento que será consistente porque não deveremos ter mais crises. Isso vai subir a média. Mesmo no caso mais pessimista, com o Brasil crescendo 4% na média, será muito diferente dos 2,5% do passado. A outra discussão é se a taxa de 4% é pouco e se não seria melhor 6%, como propôs o Conselho de Desenvolvimento Econômico. Acho que sim. O crescimento de 6% seria bem melhor, mas não diria que 4% é baixo. Se crescermos nestes níveis durante cinco anos seguidos, a percepção de futuro e de confiança que a sociedade e as empresas terão será outro.

Existe uma limitação que o país não pode crescer a mais de 4% em longo prazo? Este é um tema recorrente entre os economistas...

Queria responder esta pergunta com dois endereçamentos. Devemos atacar certas questões que são importantes para acelerar o investimento, como focar em infra-estrutura? Neste endereçamento a minha resposta é sim. Devemos trabalhar mais infra-estrutura. No segundo endereçamento, não podemos confiar que sem mudanças drásticas na situação institucional, por conta das

reformas, hoje o país não tem condições de crescer? A minha resposta é não. O país tem hoje condições macroeconômicas de crescer. Não tem constrangimento externo, não tem fortes pressões inflacionárias que impeçam a queda dos juros, não tem descontrole fiscal, e, portanto, não vejo que o Brasil esteja hoje condenado a crescer só 4%. Agora, a aceleração do crescimento leva algum tempo.

E quanto ao BNDES, qual é o cenário? Que setores estão procurando mais o banco para fazer maiores investimentos?

Estamos vendo dois processos que afetam o grau de participação do BNDES na economia, no financiamen-

to ao investimento produtivo e às exportações. De um lado, um movimento que chama o BNDES para uma maior participação que é a conclusão de potenciais investimentos que estavam latentes há mais de uma década e que, finalmente, estão chegando a se concretizar. Estou falando dos setores

Celulose, siderurgia, petroquímica e mineração são setores com perfil de investimento relativamente intensivo em capital e com escala de investimentos em muitos destes casos que exigem um grau de confiança no futuro mais alto

de insumos básicos e de alguns setores de infra-estrutura. Em insumos básicos estamos falando de celulose, siderurgia, petroquímica e mineração. São setores com perfil de investimento relativamente intensivo em capital e com escala de investimentos em muitos destes casos que exigem um grau de confiança no futuro mais alto, de previsibilidade mais alta. Investimentos, cada um deles, de mais de US\$ 1 bilhão.

Klabin e Bahia Sul são alguns exemplos?

Terminamos de analisar e já aprovamos dois em celulose no final de 2005 e o início deste ano: Bahia Sul (Suzano), de R\$ 4 bilhões, projeto que teve apoio do BNDES de R\$ 2,4 bilhões. Para dar uma ordem de grandeza, este projeto deve chegar a empregar diretamente oito mil pessoas no canteiro de obras e ao ficar pronto deve proporcionar um volume de exportações anual de US\$ 500 milhões. O outro foi o da Klabin, no Paraná, de R\$ 2,6 bilhões, dos quais R\$ 1,74 serão financiados pelo BNDES. A ordem de faturamento é de US\$ 300 milhões anuais e vai gerar 4,5 mil empregos diretos, constituindo-se na instalação de um grande equipamento para produção de papel que não se fazia no Brasil há pelo menos 12 anos.

As siderúrgicas estão prevendo fortes investimentos? Petroquímica também.

Sim. Na área de siderurgia, temos o projeto da Thyssen Krupp, no Rio de Janeiro, que deve girar em torno de US\$ 2,5 bilhões — estão fechando ainda os custos. É um complexo siderúrgico que terá um projeto de geração de energia, infra-estrutura, etc. Tem ainda a CSN que discute conosco vários projetos. Estamos ainda participando da Siderúrgica do Ceará. A Arcelor também pretende entrar. Observamos uma movimentação das empresas começando a trabalhar com projetos de US\$ 1 bilhão. O Brasil é uma base de exportação muito competitiva para siderurgia, mineração, celulose e também com grande potencial na petroquímica. Há um projeto que é emblemático, aqui do Rio, liderado pelo Grupo Ultra e a Petrobras, do qual o BNDES está participando das discussões como parceiro. Só na primeira fase são investimentos de US\$ 3 bilhões. É um projeto belíssimo que transforma em produtos petroquímicos o petróleo pesado, do qual temos excesso de produção e sofre um desconto ao ser vendido no exterior comparado com o petróleo leve. Nesta transformação em produtos petroquímicos, provoca um ganho imediato, além do que vai gerar efeito positivo na cadeia completa, em empregos, encomendas, etc. Temos também os planos da Petrobras, tanto em volume de investimentos como em gestão — financiamos plataformas. A empresa tem um plano de investimentos de R\$ 200 bilhões em cinco anos.

Quanto ao segmento infra-estrutura, que enfrentou problemas recentes, está voltando à carga, com força?

Sim, destacaria energia. É uma área em que grande parte do mundo está sob forte desafio. Energia é um problema para a Índia, para a China, para os Estados Unidos, mas eu diria que o Brasil está relativamente bem. Isso para um país que há apenas cinco anos teve um racionamento, derrubando o PIB e custou a interrupção de um ciclo de desenvolvimento. Estamos vendo um crescimento em geração e também um fortíssimo avanço em transmissão. Todo este contexto que eu falo, já expressa otimismo para os próximos anos, pois traz uma demanda adicional para o BNDES como tradicional financiador de investimentos no Brasil. Hoje, o estoque de créditos ativos do banco corresponde a 5% do PIB. Então, por isso, acho que a demanda do BNDES deve aumentar. Mas aí existe um outro vetor, que também afeta a demanda sobre o banco, sob sentido contrário, que é a excepcional melhoria das condições de acesso a crédito das empresas brasileiras no mercado internacional.

São diferentes tipos de funding. E sobra mais para outras empresas que não têm esta oportunidade de captar no exterior, não é?

Exato. O chamado Risco Brasil é o piso do custo de captação internacional. Existem algumas exceções

como Petrobras e Vale que conseguem captar até mais barato do que o Tesouro Nacional, mas a maioria tem como referência o Risco Brasil. Historicamente este prêmio variava nos períodos de normalidade na faixa de 5% a 7% ou 500 a 700 pontos-base. Já chegou a cair para 450 nos melhores meses. Nos períodos ruins chegou a bater 12 a 15% no auge da crise de 2002 — atualmente está em 2%. O sucesso do Brasil na área comercial e no balanço de pagamentos — que se refletem na queda do Risco Brasil — permitem que as empresas se beneficiem, aliviando a demanda sobre o BNDES. Isso não é ruim, especialmente em um ambiente como o atual: quando há ainda fartura de recursos no BNDES em moeda local e passa a ter também relativa abundância de recursos estrangeiros para as companhias brasileiras. Hoje, havendo disponibilidade de dois tipos de crédito de longo prazo — no mercado nacional, no BNDES, e em moeda estrangeira —, eu diria que estamos com condições de crédito favoráveis para que as empresas combinem estas condições de *funding*.

Ainda nesta linha setorial, muito tem se discutido sobre o papel do BNDES em possíveis redesenhos de alguns setores. Como na siderurgia, por exemplo. O senhor acha que o banco deve ou não participar deste novo desenho?

O BNDES está aparelhado para trabalhar em situações em que haja movimentações acionárias ou a necessidade de aportes de capital. Não estamos procurando ativamente definir, por nossa iniciativa, o perfil de qualquer setor. Agora, por outro lado, não temos receio de atuar com capital se entendermos que há um processo que é de interesse no longo prazo do país e que envolva reestruturação de setores. Na siderurgia, há discussões de consolidação do setor até motivadas pelo grande processo de fusão da Arcelor e Mittal mundialmente, mas que estão em um contexto bem mais favorável do que em períodos anteriores quando se discutia isso. Antes a siderurgia enfrentou durante alguns anos uma situação muito difícil, preços muito baixos do aço e até fragilidade financeira. Então, nesta época surgia a discussão sobre consolidação para que o setor fosse viável, por conta da fragilidade financeira. Agora, o tema de fusão, consolidação, da siderurgia nacional e mundial surge pelo inverso. As empresas estão muito ricas, capitalizadas. E aí têm oportunidades de fusão, aquisição.

E no setor petroquímico?

Na petroquímica o Brasil também teve uma história difícil, ao ser criado com forte ação de políticas públicas no passado. Hoje, vejo perspectivas favoráveis. As empresas estão robustas, bem estruturadas, com governança... Alguns projetos tendem a alavancar oportunidades no setor, mas também não quer dizer que esteja colocada

na nossa mesa alguma necessidade de ação de natureza emergencial por dificuldades como em 2005.

Voltando um pouco à pergunta inicial: vai sobrar dinheiro este ano nos cofres do BNDES? A previsão de até R\$ 52 bilhões de desembolsos como foi prevista não será cumprida?

Por tudo o que falei, não estamos dando muita relevância ao desempenho do primeiro trimestre e nossa preocupação é com o cenário de médio a longo prazo. Não estamos preocupados se vamos atingir este número. O importante é olharmos o conjunto de desembolsos. Queremos é ver o conjunto de sinais. O importante é que estamos trabalhando intensamente em projetos estruturantes para o país.

O BNDES divulgou recentemente medidas para melhorar o financiamento para as médias e pequenas empresas. O senhor acredita que, neste cenário traçado, o Banco precisa atender cada vez melhor este segmento da economia forte gerador de empregos?

Acredito, por um lado, que o BNDES não deixará de ser parceiro dos grandes investimentos. Então, não vamos nos transferir das grandes empresas para as médias. Dito isso, temos a percepção de que é muito importante para construir instrumentos dentro do banco e de maior aproximação com as pequenas, micros e médias tratadas com *spreads* de 1% ao ano (indiretamente) ou com o setor intermediário. É o caso de uma empresa que deixou de ser média, passando a faturar mais de R\$ 60 milhões por ano, mas ainda não é uma grande empresa estruturada. Percebemos que a economia brasileira está progredindo no número de empresas realmente bem estruturadas, que não são familiares. Temos, por um lado, *cases* emblemáticos como a existência de multinacionais brasileiras — o mais notório foi a oferta à vista da Companhia Vale do Rio Doce pela Inco, maior empresa de níquel do mundo, algo que não se imaginava há alguns anos — e também temos nesta cadeia de produção empresas de nível médio que poderão ser grandes daqui a alguns anos. Construir este foco, esta cultura de apoio, é algo que o BNDES, no seu chapéu de fomento, e não apenas no setor de crédito, pode dar sua contribuição. Seja com apoio financeiro, com governança, visão mais estratégica ou visão específica de setores. ■

O BNDES está hoje aparelhado para trabalhar em situações em que haja movimentações acionárias ou a necessidade de aportes de capital. Não estamos procurando ativamente definir, por nossa iniciativa, o perfil de qualquer setor